



J O R N A L

A Voz da Cidade

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2022



Acesso grátis para o leitor

Baixe agora o App do **A VOZ DA CIDADE**, e acesse gratuitamente, todo o conteúdo do primeiro jornal diário da região Sul Fluminense.



VEREADORES ENTREGAM ÚLTIMAS HOMENAGENS EM RESENDE

No encerramento das comemorações do aniversário de 221 anos de Resende, celebrado no dia 29 de setembro, a Câmara Municipal entrega nesta quarta-feira, dia 5, as últimas homenagens prestadas a personalidades que contribuíram para o município. Na solenidade serão entregues os Títulos de Professor e Profissional Emérito e a Medalha Ruy Barbosa, ofertada a profissionais do meio jurídico.

PÁGINA 3

CARTAZ DE PROCURADO

Ontem foi divulgado uma imagem do homem que é suspeito de manter a família por 22 anos em cárcere privado em Valença. Ele tem 60 anos e é considerado foragido da Justiça.

PÁGINA 6

Algumas amizades não duram nada, mas um verdadeiro amigo é mais chegado que um irmão. **Provérbios** 18:24

PARA COPA DO MUNDO

Vendas de TVs já aquecem o comércio de Barra Mansa e Volta Redonda

Visando atrair mais consumidores e aumentar as vendas, os lojistas já iniciaram também as promoções

Gabriel Borges



UMA REDE de lojas está oferecendo PIX de R\$ 200 para o torcedor comprador para cada dois gols da Seleção Brasileira

Lojistas do Rio, como os de Barra Mansa e Volta Redonda estimam que as vendas de TVs neste mês e novembro devam aumentar consideravelmente em relação ao mesmo período do ano passado. Destacaram que em ano de Copa do Mundo, as vendas desses aparelhos sempre aumentam e que em 2022 não

poderia ser diferente. Visando atrair mais consumidores e aumentar as vendas, os lojistas já iniciaram também as promoções. Acreditam que os clientes deverão utilizar o cartão de crédito parcelado como forma de pagamento, seguido de cartão de loja, cartão de débito e PIX.

PÁGINA 8

Próxima legislatura na Alerj terá renovação de 45,7%

Dos 70 deputados eleitos no último domingo para a Alerj, 32 são novatos e 38 já são conhecidos na Casa. A renovação foi de 45,7%. A novidade foi o crescimento da bancada feminina, passando de 12 para 15 mulheres. Com relação a bancadas, a maior será do PL

com 17 deputados. Foi eleita a primeira transsexual da história da Alerj, Dani Balbi (PCdoB). Outro destaque feminino foi a eleição de Índia Armelau (PL), autodeclarada indígena, e Erika Takimoto (PT), autodeclarada asiática.

PÁGINA 3

Após decisão da Justiça, Câmara de Itatiaia empossa cinco vereadores

Divulgação



O PREFEITO Irineu Nogueira participou da posse no plenário da câmara

A Câmara de Itatiaia realizou a posse na segunda-feira, 3, dos vereadores Fabrício de Almeida Pereira (Solidariedade), Levi Luiz Silveira (PRTB), Roberto Fichter Moreira (PSC), Carlos César de Paula (PRTB) e Leonardo de Seixas Carvalho (Progressistas). A

posse, que contou com a presença do prefeito Irineu Nogueira, foi após determinação da Justiça com o afastamento de cinco vereadores citados na Operação Apanthropsia, realizada em setembro. Seis pessoas foram presas.

PÁGINA 3

USANDO RASTREADOR

PRF detém em Volta Redonda trio suspeito de roubar carro em São Paulo

Dois homens foram presos e uma menor de 13 anos apreendida na ação policial

Divulgação



VEÍCULO recuperado foi devolvido ao proprietário

Ontem, em frente ao Hospital São João Batista (HSJB), em Volta Redonda, agentes da Polícia Rodoviária Federal detiveram três suspeitos de roubar um carro em São Paulo. Entre eles havia uma menor de 13 anos. Os outros eram jovens de 19 e 23 anos. Na ação, possível com a ajuda do ras-

teador do automóvel, também foram apreendidas duas facas, usadas pelos criminosos para render o motorista do veículo, que trabalha com transporte por aplicativo. Ele conseguiu fugir dos ladrões na ocasião e informou o assalto para as autoridades. Inicialmente o rastreamento apontava que o

carro estava no Km 258, da Rodovia Presidente Dutra, mas quando a PRF chegou ao local o veículo não estava mais. Após compartilhar novamente o rastreamento com a polícia, foi que conseguiram encontrar o carro em Volta Redonda.

PÁGINA 7

Jardim de Infância de Barra Mansa sofre com constantes furtos

Gabriel Borges

Os profissionais que trabalham do Jardim de Infância Municipal professora Júlia Varela, no bairro Vila Nova, em Barra Mansa, procuraram o **A VOZ DA CIDADE** para denunciarem os constantes furtos que têm ocorrido no local. Por medo de represarias dos possíveis autores dos furtos, nenhum deles quis se identificar. “Mais uma vez nossa escola foi atacada, quebraram o cadeado e retiraram o vidro sem quebrá-lo para roubar uma quantidade considerável de itens da merenda escolar”, comentou um profissional. Eles contaram que anteriormente já haviam sido levados da escola itens como caixa de som, televisão e datashow. A SME abriu um processo administrativo para acompanhar o caso e na próxima semana vai se reunir com a comunidade, servidores e Guarda Municipal para tratar do assunto.

PÁGINA 6



PORTÃO é constantemente arrombado pelos ladrões

Secretaria de Direitos Humanos de Barra Mansa oferece vagas de emprego

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) de Barra Mansa está com inscrições abertas para o processo se-

letivo visando a contratação imediata de 102 profissionais. As inscrições, que tiveram início ontem serão encerradas nesta quarta-feira, dia 5 e poderão ser

feitas sede da SMASDH localizada na Rua Oscar da Silva Marins, 252, no Centro, das 9 às 16 horas.

PÁGINA 8

Funcionário do comércio de Volta Redonda contam com novo piso salarial

PÁGINA 2



COMERCIAL: (24) 99974-0101 | ADMINISTRAÇÃO: (24) 99978-0101 | REDAÇÃO: (24) 3028-1409

PREÇO DO EXEMPLAR: R\$ 1,50

**Outubro
Rosa**

*um
toque
que pode
mudar
sua vida*

BRASIL JORNAIS
Nós apoiamos
essa causa



Câmara Municipal de Porto Real

RESOLUÇÃO Nº275 DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

AUTORIA: VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL/RJ

Ementa:” Dispõe sobre alterações no Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real/RJ Resolução N.043 de 23 de dezembro de 1998.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art.1º Altera o art.3º do Regimento Interno da CMPR que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - Cada legislatura terá a duração de 4 (quatro) anos, sendo cada ano um período legislativo, compreendendo cada período legislativo um número legal de sessões legislativas ordinárias e extraordinárias a serem realizadas”.

Art. 2º - Altera o caput do Art.15, incluindo os §§ 1º e 2º ao Regimento Interno da CMPR que passa a ter as seguintes redações:

“ Art. 15 - O subsídio dos vereadores será afixado por Lei de iniciativa da Câmara Municipal, seguindo os limites e critérios fixados em lei, não podendo ultrapassar os 30% dos subsídios percebidos pelos Deputados Estaduais, desde que não ultrapasse 5% da Receita do Município de Porto Real, de acordo com a Emenda Constitucional nº 19/98”.

Art. 3º - Acrescenta os §§ 1º e 2º ao artigo 15 do Regimento Interno da CMPR que passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º - É vedado o pagamento ao vereador de qualquer vantagem pecuniária, como ajuda de custo, representação ou gratificação”.

“§ 2º - Não se inclui na proibição contida neste artigo o pagamento de indenizações de despesas de viagens para desempenhar missões temporárias de caráter cultura e social, a serviço do Município de Porto Real, sempre com a autorização da Câmara Municipal, bem como a revisão geral anual concedida através do índice do IPCA acumulado no ano anterior, sempre no mês de fevereiro”.

Art. 4º - Altera o caput do artigo 16, do Regimento Interno da CMPR que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 16 - Caberá à Mesa Diretora, propor projeto de lei, dispondo sobre o subsídio dos Vereadores para a legislatura seguinte, até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, sem prejuízo da iniciativa de qualquer vereador sobre a matéria”.

Art. 5º - Acrescenta o inciso IV ao artigo 17, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 17. O vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido à Presidência, nos seguintes casos:
I – por motivo de saúde, com atestado da necessidade de afastamento, passado por profissional qualificado e apresentado no prazo máximo de 14 (catorze) dias do início da enfermidade constatada;
II- para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, nesse caso, o afastamento não seja inferior a 30 (trinta) dias e nem superior a 120 (cento e vinte) dias;
III- por gestação, por 180 (cento e oitenta) dias.

“ VI - no caso de contrair núpcias, terá direito a 08 (oito) dias”.

§ 1º O vereador investido no Cargo de Secretário Municipal ou equivalente, não perderá o mandato, será considerado automaticamente licenciado, podendo optar pela remuneração da vereança;

§ 2º O afastamento para o desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerado como licença, fazendo o vereador jus à remuneração estabelecida;

§ 3º No caso do Inciso I deste artigo, poderá o vereador reassumir o mandato, antes que tenha escoado o prazo de sua licença, mediante novo atestado;

§ 4º O vereador poderá, em caso de urgência, ter a sua falta regularizada.

Art.6º - Altera o § 3º do artigo 31 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passa a ter a seguinte redação:
Art. 31 – (...)

“ § 3º - Depois de inscrito em uma chapa, não poderá o vereador participar de outra, ainda que declare desistência em face da primeira, mesmo que em cargo distinto, ficando impugnado o nome do vereador em ambas as chapas, vedado participação no mesmo pleito.

Parágrafo Único – Caso a posse dos eleitos não venha a ocorrer por qualquer motivo, o vereador que participou desta eleição está apto a participar de nova eleição, para ocupar qualquer cargo na Mesa Diretora.

Art.7º Acrescenta o §4º ao artigo 34 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passa a ter a seguinte inclusão:

Art. 34 – A eleição para renovação da Mesa Diretora se realizará, obrigatoriamente, a partir de 90 (noventa) dias da posse até a última Sessão Legislativa Ordinária em que expira o mandato da Mesa Diretora eleita no início da Legislatura, dentro da fase do expediente, sendo decorrente de requerimento de, pelo menos 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal, ocorrendo à posse no dia 1º de janeiro do ano em que for aberta a 3º Sessão Legislativa.

§ 1º - Aprovado o requerimento em plenário, por maioria simples, o Presidente dará ciência aos Vereadores, sobre a data escolhida para a eleição, que se dará formalizada mediante ato do Presidente e publicado em Diário Oficial, respeitando o limite previsto no caput deste artigo.

§ 2º - O Presidente notificará em Sessão Plenária, considerando-se ciente os Vereadores presentes, e quanto aos ausentes, a notificação far-se-á por escrito e através da publicação de Edital de Convocação no Quadro de Avisos da Câmara.

§ 3º - Na hipótese de não se realizar a sessão ou eleição, por falta de número legal, caberá ao Presidente ou seu substituto legal, cujos mandatos estão em vigor, realizar a convocação de sessões diárias para tal fim.

§ 4º - Quando três ou mais membros eleitos para a Mesa Diretora, renunciarem, forem destituídos, cassados, tiverem o mandato extinto ou falecerem, antes de tomarem posse, proceder-se-á a nova eleição para compor a integralidade da Mesa Diretora, na Sessão Ordinária imediata àquela em que ocorrer uma das situ-

ações supra, sob a direção do Presidente em exercício, sendo assim eleita a Nova Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Real.

Art. 8º - O inciso do II art. 36 do Regimento Interno da CMPR acrescido da letra “r” ao inciso II, que passa a ter a seguinte inclusão:

“ II – (...)”

“r- O ofício respectivo será levado ao Plenário, por meio do Vereador mais idoso dentre os presentes, para deliberação, com votos favoráveis de 2/3 dos membros desimpedidos, procedendo-se, então, na forma do parágrafo único do art. 44”.

Art. 9º – Acrescenta os §§§ 1º, 2º e 3º ao art. 61 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61 – Os membros das Comissões Permanentes serão nomeados pelo Presidente da Câmara, por indicação dos Líderes de Bancada, para um período de 02 (dois) anos, observada sempre que possível a representação proporcional partidária.

“ § 1º - A eleição dos membros para composição das Comissões Permanentes, do primeiro biênio dar-se -á no início do primeiro período legislativo, da legislatura atual, sendo que a eleição será realizada até a terceira sessão ordinária do período legislativo ordinário já iniciado”.

“ § 2º - A eleição dos membros para composição das Comissões Permanentes para o segundo biênio, da mesma legislatura, dar-se á no segundo período legislativo, até a última sessão ordinária antes do período de recesso da Câmara Municipal de Porto Real”.

“ § 3º- O mandato dos membros das Comissões Permanentes será compreendido entre a data das nomeações dos mesmos, até o dia 31 de dezembro de cada biênio”.

Art. 10 – Altera o artigo 65 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 65 – As Comissões Permanentes são 15 (quinze) compostas cada uma de 03 (três) membros, excetuada a Comissão Permanente de Fiscalização, que será composta por 05 (cinco) membros, com as respectivas denominações:
Constituição e Justiça;
Finanças e Orçamento;
Obras e Serviços Públicos;
Educação;
Saúde e Assistência Social;
Redação;
Relações Públicas;
Defesa do Consumidor;
Fiscalização;
Turismo e Defesa do Meio Ambiente;
Direito da Criança e do Adolescente;
Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher;
Esporte, Lazer e Eventos;
Direito das Pessoas co Deficiência e Mobilidade Reduzida; e
Comissão de proteção, Defesa e Direito dos Animais.

Parágrafo Único. – É obrigatório o parecer das Comissões Permanentes nos assuntos de sua competência, excetuados os casos previstos neste Regimento.

Art. 11 – Fica Alterado o inciso I do Art. 67, do Regimento Interno da CMPR que passa a ter a seguinte redação:

“ I - Plano Plurianual (PPA), Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)”
Art. 12 – Fica alterado o Art. 73 do Regimento Interno da CMPR, que passa a ter a seguinte redação:

“ Art. 73 - Compete à Comissão de Permanente de Fiscalização, o exercício da fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial do município e das entidades da administração direta, indireta e fundacional, quanto a legalidade, legitimidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, mediante aplicação das subvenções e renúncia de acordo com o art. 109 da Lei Orgânica do Município, tudo isso previamente anterior a análise dos órgãos competentes.

Art. 13 – Altera o §2º do artigo 73 do Regimento Interno da CMPR que passa a ter a seguinte redação:

“ § 2º - Aplicar-se as demais competências previstas nos artigos 110, 111 e seus parágrafos da Lei Orgânica do Município, cabendo à Comissão Permanente de Fiscalização acionar o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro ou o Ministério Público, conforme o caso, sempre que se fizer necessário”.

Art.14 – Fica criado o artigo 74-C, no Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passa a ter s seguinte redação:

“ Art. 74-C – A Comissão Permanente de Esporte, Lazer e Eventos compete:
I – Manifestar-se sobre todas as proposições referente à realizações de eventos;
II- Manifestar-se sobre a organização de Administração Direta e Indireta, relacionadas à realização de eventos e entretenimentos;
III- Receber e investigar denúncias sobre matéria de sua competência;
IV- Colaborar com entidades que se destinem ou estejam relacionadas à matéria de sua competência;
V- Estimular ações da sociedade em relação à matéria de sua competência e realizar audiências públicas;
VI- Acompanhar, colaborar, conscientizar, propor ações efetivas que desenvolvam o setor de entretenimento e eventos dentro do Município;
VII- Apreciar as políticas públicas direcionadas quanto a matéria tributária e de autorização, expedição de alvarás e licenças quanto ao setor de eventos e entretenimentos;
VIII- Discutir,propor e apreciar matérias que visem a integração entre os órgãos públicos e particulares para aperfeiçoamento de sistemas e demais iniciativas que busquem integração coma finalidade de facilitar a autorização de eventos;
IX- monitorar a execução de planos e projetos relacionados à temática;
x- Propor alterações legislativas para desenvolvimento do setor de eventos;
XI- Propor, discutir e desenvolver plano estratégico para desenvolvimento do setor de entretenimento e eventos do Município;
XII- Propor consolidação da legislação municipal sobre eventos e entretenimentos.

Art. 15 – Fica criado o artigo 74-D, no Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passa ater a seguinte redação:

“ Art. 74-D – À Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida, compete:
I- Opinar e dar pareceres sobre proposições e matérias relativas às políticas para pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida;
II- promover a defesa dos Direitos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
III- Fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos à proteção dos direitos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
IV- Estudar e propor políticas públicas para ampliação de direitos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
V- Pesquisar as tecnologias e dados estatísticos, sobretudo, para garantia de acessibilidade universal em espaços públicos e privados;

VI- Realizar eventos destinados a diagnosticar e analisar problemas enfrentados por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida para realização plena de seus direitos;
VII- Promover iniciativas que couberem a este Legislativo, conforme preconiza a Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, retificada pelo Brasil.

Art. 16 – Fica Criado o artigo 74-E, no Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passa a ter a seguinte redação:

“ Art.74-E – à Comissão de Proteção, Defesa e dos Direitos dos Animais, compete:
I – Assessorar e prestar consultoria a Câmara Municipal no que tange aos direitos dos animais;
II- orientar a sociedade quanto aos direitos, deveres e proteção para com os animais e sua importante participação nos resultados;
III- divulgar a legislação de proteção animal já existente para que esta venha a ter resultados práticos, além da teoria;
IV- apoiar e incentivar a proteção de seus direitos, na forma preexistente na Constituição Federal, Leis Federais esparsas, tratados e convenções internacionais, leis estaduais e municipais;
V- fiscalizar e divulgar a existência dos direitos animais e da responsabilidade Estatal e da existência de legislação pertinente;
VI- buscar informações sobre o tema com demais entidades semelhantes, e sobre seus resultados e projetos;
VII- manter constante estudo para desenvolver a temática incentivando a produção intelectual do assunto;
VIII- promover palestras e demais eventos que venham a incentivar e divulgar os direitos e a proteção dos animais, buscando maior conscientização social;
IX- elaborar projetos de lei que resguardem e ampliem a proteção e defesa dos animais;
X- elaborar projetos de lei que resguardem e ampliem os direitos;
XI- promover assistência às entidades protetoras dos animais e sua atuação junto à sociedade;
XII- promover e defender os direitos dos animais;
XIII- participar e promover eventos pertinentes à proteção e defesa, bem como aos direitos dos animais também promovidos por outras instituições;
XIV- receber e averiguar denúncias de crimes e propor encaminhamentos e medidas, sobre a proteção e defesa dos animais;
XV- emitir parecer e opinar sobre proposições e matérias atinentes às questões relacionadas com os direitos e defesa dos animais; e
XVI- promover palestras de apoio para combater os crimes contra os referidos animais, dentre outros procedimentos na sua defesa”.

Art. 17 - Fica alterado o art.79 do Regimento Interno da CMPR que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 79 - Dos atos do presidente da Comissão Permanente cabe, a qualquer membro, recurso ao Plenário, obedecendo-se o art. 171 deste Regimento”.

Art. 18 - Fica alterado o § 4º do Art. 85 do Regimento Interno da CMPR que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ § 4º A destituição ou a perda do mandato de membro da comissão, dar-se-á por ofício de emissão do Presidente da Comissão Permanente em que é membro, dirigida ao Presidente da Câmara, que, após comprovar a ocorrência das faltas e a sua não justificativa no prazo estabelecido no parágrafo anterior, mediante Ato Administrativo, declarará vago o cargo na Comissão Permanente”.

Art. 19 – Fica alterado o Art. 113 do Regimento Interno da CMPR que passa a ter a seguinte redação :

“ Art 113 - Serão considerados como recesso legislativo os períodos compreendidos entre 16 de dezembro a 14 de fevereiro e de 15 a 31 de julho, de cada ano”.

Art. 20 – Fica Alterado o § 2º do Art.139 do Regimento Interno da CMPR que passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º - Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão ordinária”.

Art. 21 - Acrescenta o inciso XIII e altera o § 3º do art. 146 do Regimento Interno da CMPR que passa a ter a seguinte redação:

“ XIII - toda e qualquer forma de documento que necessita de deliberação em Plenário”.

“§ 3º As proposições deverão ser encaminhadas via sistema no prazo de 36 horas antes da realização das sessões ordinárias e ou extraordinárias, excluindo deste prazo os sábados, domingos e feriados”.

Art. 22 – Fica excluído o parágrafo único do Art. 164 do Regimento Interno da CMPR, que passam a ter as seguintes redações:

“ Parágrafo Único (Excluído)”

Art. 23 – Acrescenta os §§ 1º e 2º ao artigo 164 do Regimentos Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 164 – Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda matéria de competência da Câmara e sujeita à sanção do Prefeito.”

“ §1º- A iniciativa dos Projetos de Lei cabe:
- A Vereador;
- A Mesa Diretora;
- A Comissão Permanente;
- Ao Prefeito;
- A iniciativa popular.”

“ §2º - Constituem matérias de Projeto de Lei:

I - Fixação dos subsídios e verba de representação do Prefeito e do Vice-Prefeito;
II – Fixação dos subsídios dos Secretários Municipais;
III – Fixem os subsídios dos vereadores, para vigorar na legislatura seguinte.;
IV – Fixem os salários dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Porto Real;
V – Criem, transformem ou extingam cargos, empregos ou funções dos serviços da Câmara Municipal e fixem os vencimentos de seus servidores.”


Art.24 – Fica alterado o § 2º do Art. 169 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passa a ter a seguinte redação:

“ § 2º Será de exclusiva competência da Mesa Diretora a apresentação dos projetos de Decreto Legislativo a que se referem o inciso III do parágrafo anterior. Os demais poderão ser de iniciativa da Mesa, das Comissões ou dos Vereadores”

Art. 25 - Fica suprimido o Art. 213-F do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real.

(Continua na página seguinte)

<p>“Art. 213-F (suprimido) (suprimido) (suprimido) (suprimido) (suprimido)</p> <p>§1º (suprimido) §2º (suprimido) §3º (suprimido)”. Art. 26 – Fica alterado o Art. 220 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passa a ter a seguinte redação: <i>“Art. 220 – Aprovado um projeto de lei na forma regimental e consubstanciado em autógrafo, será ele, no prazo de dez dias úteis, enviado ao Prefeito, para fins de sanção e promulgação”.</i> <i>“§1º Cada membro da Mesa terá o prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas para assinar o autógrafo e não poderá, sob pena de sujeição a processo de destituição, recusar-se a opor a assinatura”.</i> <i>“§2º Decorrido o prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento do respectivo autógrafo, sem a sanção do Prefeito, considerar-se-á sancionado o projeto, sendo obrigatória a sua promulgação pelo Presidente da Câmara, dentro de dez dias, e se este não o fizer, caberá ao Vice Presidente fazê-lo em igual prazo”.</i> <i>“§3º No caso de ausência de sanção e de promulgação, nos prazos estabelecidos nos parágrafos anteriores, a Lei não terá eficácia, devendo ser arquivada, sem prejuízo de nova proposição na mesma legislatura”.</i> <i>“§4º Os Autógrafos serão arquivados na Secretaria da Câmara, levando a assinatura dos Membros da Mesa”.</i> Art. 27 – Altera o Art. 221 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passa a ter a seguinte redação: <i>“Art. 221 – Se o Prefeito considerar o Autógrafo da Lei, encaminhado para sanção no todo ou em parte, inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente no prazo de quinze dias úteis da data do recebimento e, dentro das quarenta e oito horas seguintes, comunicará ao Presidente da Câmara os motivos do veto. Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito importará em sanção”.</i> <i>“§1º O veto deverá ser justificado e, quando parcial, abrangerá o texto integral do artigo, de parágrafo, de inciso, de item ou de alínea”.</i> <i>“§2º A Câmara deliberará sobre o veto, em um único turno de votação, dentro do prazo de trinta dias de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores, em escrutínio aberto”.</i> <i>“§3º Se o veto for mantido, será o texto enviado ao Prefeito para promulgação, se for o caso”.</i> <i>“§4º Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito para que promulgue a lei em quarenta e oito horas e, caso não ocorra, deverá fazê-lo o Presidente da Câmara”.</i> <i>“§5º Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no Parágrafo 2º, o veto será incluído na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, excetuados os projetos sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e medidas provisórias”.</i> <i>“§6º Se a lei não for promulgada no prazo de quarenta e oito horas pelo Prefeito, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer, em igual prazo, caberá ao Vide-Presidente fazê-lo, obrigatoriamente”.</i> <i>“§7º A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara”.</i></p>	<p>“§8º O Presidente convocará sessões extraordinárias para a discussão do veto, se necessário”.</p> <p>“§9º O prazo previsto no §2º deste artigo não ocorre nos períodos de recesso da Câmara”.</p> <p>“§10 A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir abjeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.”</p> <p>“§11 As comissões tem prazo conjunto e improrrogável de 05 (cinco) dias corridos para se manifestar”.</p> Art. 28 – Fica criado o Art.229-A no Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passam a ter as seguintes redações: “ Art.229-A - Plano Plurianual <i>“I – O poder Executivo Municipal encaminhará o Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual até o dia 30 de abril.</i> <i>“II – O Projeto de lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de formar reorganizada, a diretriz, os objetivos, as ações e as metas para administração pública municipal, prevendo despesas de capital, e outras dela decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.</i> <i>“III – Poderá haver revisão do Plano Plurianual, para adequar o Projeto de Lei dentro das pretensões do Poder Executivo Municipal, desde que seja com autorização do Poder Legislativo Municipal, através de projeto de lei.</i> <i>“IV – O Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual para o quadriênio seguinte será obrigatoriamente discutido e votado antes do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias”.</i>	<p>nanças e Orçamento que aguardará o recebimento das emendas propostas apresentadas pelos vereadores, num prazo improrrogável de 10 (dez) dias”.</p> Art. 31 – Fica criado o Art.229-A no Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passam a ter as seguintes redações: Art. 229 –D – O Projeto da Lei Orçamentária Anual, compreenderá: <i>“I – O Orçamento Fiscal referente aos poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal”.</i> <i>“II - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto”;</i> <i>“III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e as fundações instituídos ou mantidos pelo Poder Público”;</i> <i>“§ 1º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia”.</i> <i>“§ 2º - Os orçamentos, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdade entre os diversos distritos do Município”.</i> <i>“§ 3º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação das despesas, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratações de operações de créditos, ainda que por antecipação de receitas, nos termos da lei”.</i>
	Art. 29 – Fica criado o Art.229-B no Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passam a ter as seguintes redações: “ Art. 229-B – Diretrizes Orçamentárias <i>“I – O Projeto de Lei que instituirá as diretrizes orçamentárias, será encaminhada pelo Poder Executivo até o dia 30 de maio, e definirá as metas, as ações e as prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de fomento”.</i> <i>“II – Os programas, as ações e as metas deverão ser elaboradas de acordo com as pretensões listadas no Plano Plurianual para o ano a que se destinam”.</i> <i>“III – O Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias, deverá ser apreciado, discutido e votado pelo Poder Legislativo Municipal, em data que anteceda o recesso parlamentar do mês de julho do corrente”.</i> <i>“IV- Caso o Projeto de Lei que estabelece as Diretrizes Orçamentária para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), não for discutida e votada, não serão interrompidas as sessões legislativas ordinárias”.</i> <i>“V – Poderá haver revisão da Lei das Diretrizes Orçamentárias, para adequar as ações, metas e programas, sempre em acordo com o Plano Plurianual, e deverá ser autorizado do Poder Legislativo Municipal, por meio de Projeto de Lei”.</i>	Art. 32 – Fica criado o Art.229-E no Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passa a ter a seguinte redação: “Art. 229-E - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos, para abertura de créditos adicionais suplementares será mediante a aprovação e autorização legislativa, e não poderá alcançar percentual superior a 30% (trinta por cento), do total das receitas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA)”.
		“§ 1º - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual, não for beneficiado, pelo limite disposto no caput do artigo acima, ou se for o limite reduzido por emendas de vereadores, o Poder Executivo Municipal, poderá solicitar através de Projeto de Lei, alterando este limite concedido no ato da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), para cumprir suas obrigações, sempre por autorização da Câmara Municipal de Porto Real”.
		“§ 2º - Fica expressamente vedada a realização de Operações por Antecipação de Receita Orçamentária- ARO, sem a devida autorização legislativa”.
	Art. 33 – Fica alterado o Art. 244 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passa a ter a seguinte redação “Art. 244 - A fixação do subsídio e da verba de representação do Prefeito será feita através de Projeto de Lei de autoria da Mesa Diretora, na forma estabelecida por este Regimento, para vigorar na Legislatura subsequente”.	
	Art. 34 – Fica Alterado o Art. 245 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real, que passa a ter a seguinte redação: “Art. 245 - Caberá à Mesa Diretora propor Projeto de Lei, previsto no artigo anterior se, até 30 (trinta) dias antes da eleição, nenhum Vereador utilizar-se da faculdade de iniciativa da matéria”.	
	“Art.35 – Fica excluído o Art. 246 do Regimento Interno da Câmara Municipal Porto Real/RJ”.	
	Art. 36 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.	CARLOS ANTONIO DE LIMA Presidente



COMARCA DE PORTO REAL

OFÍCIO ÚNICO DO MUNÍCIOPIO DE PORTO REAL

PEDRO ALVES DE SOUSA, TABELIÃO,

NOMEADO NA FORMA DA LEI

Faz saber que pretendem casar-se:

I) FRANCISCO VIEIRA JÚNIOR (Filho de Francisco Vieira da Silva e Ana Maria da Silva) e ANDRESSA VITORIA PEREIRA DA SILVA (Filha de Sidney Pedro da Silva e Maria Jose Pereira da Silva) - sob o processo 2677/2022.*-*****-*****-

II) JOAQUIM ANTONIO DO NASCIMENTO (Filho de Zenézio do Nascimento e Anna Maria de Carvalho) e ROSA MARIA PEDRO (Filha de Evaristo Pedro e Maria Rosa Guilherme Pedro) - sob o processo 2678/2022.*-*****-*****-


III) BRUNO DE PAULA FERNANDES (Filho de João Nunes Fernandes e Norma de Paula Fernandes) e ALESSANDRA DINIZ MENDONÇA (Filha de José Carlos de Freitas Mendonça e Solange Diniz Mendonça) - sob o processo 2679/2022.*-*. -

IV) MICHAEL ROSA SANTIAGO (Filho de Jalsimar Porto Santiago e Maria Madalena Rosa Santiago) e SUZANNE TAYLOR MARINHO PEREIRA (Filha de Orlando Pereira da Silva e Girleide Marinho Pereira) - sob o processo 2680/2022.*-*. *-

Assim, sabendo de algum impedimento que o oponha na forma da lei.

Porto Real, 05/10/2022.

Pedro Alves de Sousa
Tabelião
Matr. 90/318



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115/2020

01 – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Resende/Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos; 02 – CONTRATADA: Juracema Paiva Bruno; 03 – OBJETO: Prorrogação de prazo e alteração no valor do contrato em decorrência de reajuste contratual, do Contrato Administrativo no: 115/2020, na locação de imóvel, localizado a Rua João Pessoa, 235, bairro Centro, Resende, Estado do Rio de Janeiro, pertencente ao proprietário Sr. José Carlos Paiva Bruno, destinado a instalação e operacionalização do CRAS – Lavapés, afim de atendimento sócio – assistenciais aos Municípios dos bairros na área de abrangência do Centro; 04 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PMR/SMASDH/FMAS: Órgão: 04; Unidade: 04.10; Funcional: 08.244.0165; Projeto/Atividade: 6.774; Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física; Código Reduzido: 105; Fonte de Recursos: 660 (Transf. Rec. FNAS); 05 – EMBASAMENTO/MODALIDADE: Em conformidade com o Art. nº: 65, § 8ºv c/c Art. nº 57, Inciso II c/c Art. 54, § 1º, da Lei Federal nº: 8.666/93 e suas alterações c/c Art. nº 51, da Lei Federal nº 8.245/91. 06 – VALOR GLOBAL: R\$ 37.884,00 (trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e quatro reais); 07 – PRAZO: 12 (doze) meses; 08 – NOTA DE EMPENHO Nº: 240/2022; 09 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15.837/2020; 10 – DATA DE ASSINATURA DO ADITAMENTO: Resende – RJ., 26 de Agosto de 2022.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 215/2021

01 – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Resende/Secretaria Municipal de Saúde; 02 – CONTRATADA: Ceg Rio S/A; 03 – OB-

JETO: alteração no valor do contrato em decorrência de acréscimo quantitativo, do Contrato Administrativo no: 215/2021, na contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de gás encanado, para atendimento ao consumo ao Hospital Municipal Sérgio Henrique Gregori; 04 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PMR/Saúde/FMS: Órgão: 04; Unidade: 04.60; Funcional: 10.302.0184; Projeto/Atividade: 6.672; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.45 – Serviço de gás; Código Reduzido: 147; Fonte de Recursos: 500 (Recursos não vinculados de impostos); 05 – EMBASAMENTO/MODALIDADE: Em conformidade com o Art. no: 65, Inciso I, Alínea “B”, da Lei Federal no: 8.666/93 e suas Alterações; 06 – VALOR GLOBAL: R\$ 6.563,64 (seis mil, quinhentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos); 07 – NOTA DE EMPENHO No: 6.204/2022; 08 – PROCESSO ADMINISTRATIVO No: 24.151/2021; 09 – DATA DE ASSINATURA DO ADITAMENTO: Resende – RJ., 09 de Setembro de 2022.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2021

01 – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Resende/Secretaria Municipal de Saúde; 02 – CONTRATADA: Sant' Costa Limpeza e Terceirização Ltda; 03 – OBJETO: inclusão de cláusula no contrato e alteração da Planilha III – Metodologia de Avaliação de Serviços, do Contrato Administrativo no: 30/2021, na contratação de empresa especializada para prestação de serviço de higienização, limpeza, asseio e conservação do Hospital Veterinário Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde – FMS; 04 – EMBASAMENTO/ MODALIDADE: Em conformidade com o Art. no: 65, “Caput”, da Lei Federal no: 8.666/93 e suas Alterações; 05 – PROCESSO ADMINISTRATIVO No: 21.932/2020; 06 – DATA DE ASSINATURA DO ADITAMENTO: Resende – RJ., 23 de Setembro de 2022.

Julio Cezar de Carvalho

Superintendente – Licitação – PMR



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 445/2022 – Registro de preços de contratação de empresa especializada prestação de serviço de manutenção corretiva e preventiva de eletrodomésticos. Processo Administrativo nº 7.105/2021. Data/Hora 19/10/2022 às 09:00 horas. Pregão Eletrônico nº 446/2022 - Aquisição de veículo. Processo Administrativo nº 17.738/2022. Data/Hora 19/10/2022 às 14:00 horas. Informações e-mail: licitacao.saude.resende@gmail.com tel: (0XX24) 3354-3922. Editais disponíveis no site: http://www.resende.rj.gov.br>>>Menu>>>Licitações>>>Licitações Agendadas e site do Banco do Brasil.

Julio Cezar Carvalho

Superintendente Municipal de Licitações e Contratos

CONCRELAGOS CONCRETO S/A


AVERBAÇÃO DE LICENÇA

A Concrelagos Concreto S/A, torna público que recebeu da Prefeitura Municipal de Barra do Pirai, através da Secretaria Municipal do Ambiente, pelo processo nº 20.858/2012, a Averbação de Licença 440/2022, com validade de até 28 de agosto de 2027, para a preparação de massa de concreto e argamassa para construção (COD. 23-30-3-05) na estrada Barra do Pirai/Ipiabas, N°404, Belvedere – Barra do Pirai/RJ.

CONCRELAGOS CONCRETO S/A

AVERBAÇÃO DE LICENÇA

A Concrelagos Concreto S/A, torna público que recebeu da Prefeitura Municipal de Barra do Pirai, através da Secretaria Municipal do Ambiente, pelo processo nº 20.858/2012, a Averbação de Licença nº 424/2022, alterando a validade da Licença de Operação 0638/2017, para dia 28 de agosto de 2027, para a preparação de massa de concreto e argamassa para construção (COD. 23-30-3-05) na estrada Barra do Pirai/Ipiabas, N°404, Belvedere – Barra do Pirai/RJ.



Pode ser na serra, na praia, no campo, na cidade, no seu bairro, na sua rua ou na sua casa.

Leia em qualquer lugar, a qualquer hora.

R\$10,00*

LIGUE E CONSULTE AS REGRAS DA PROMOÇÃO

Telephone: 24 3322 9491

WhatsApp: 24 98843 9413

Rua Pinto Ribeiro, nº 494 Centro - Barra Mansa

Profissionais de educação reclamam sobre constantes furtos no Jardim de Infância Municipal professora Júlia Varela

BARRA MANSA

De acordo com outro funcionário nesta quarta-feira, dia 05, haverá uma reunião entre pais e escola para tentarem achar alguma solução em comum. “Em menos de um mês a escola foi invadida por duas vezes. Precisamos contar com o apoio dos pais, que são vizinhos da escola. Durante o dia é tranquilo, mas é



SERVIDORES relataram que outros itens já foram levados da unidade

Antes da merenda já havia sido levado da escola itens como caixa de som, televisão, da-

Em nota, a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Barra Mansa destaca que o Jardim de Infância Municipal Professora Julia Varella, no

bairro Vila Nova, é uma unidade de ensino segura aos servidores e às crianças. Não há registro de roubos ou assaltos ao local, mas sim de furtos que foram devidamente registrados e seguem sob investigação da Polícia Civil da cidade. A SME abriu um processo administrativo para acompanhar o caso e na próxima semana vai se reunir com a comunidade, servidores e Guarda Municipal para tratar do assunto.

Prefeitura trabalha na prevenção de enchentes

VOLTA REDONDA

De acordo com a secretária municipal de Infraestrutura, Poliana Moreira, o objetivo é garantir a vazão da água, para que não ocorram enchentes e

As equipes também atuaram retirando entulhos de vias e espaços públicos, atendendo os bairros Mariana Torres (Rua L1), Retiro (Rua Transmontana) e Padre Josimo (Rua I); e recolheram resíduos na Avenida dos Trabalhadores, no Centro, e em vias do bairro Jardim Amália.



EQUIPES estão realizando diversos serviços de limpeza


 INICIE SEU PROCESSO DE
VISTOAMERICANO

 +55 (21) **98884.9627**
CONTATO @GRUPOPRAISE.COM.BR

 **praise** group
ASSESSORIA

GENEROSO+Leve

Mandou com a gente, chegou na frente!

O que é GENEROSO+Leve?

É um serviço de postagem para todos que precisam enviar **encomendas de até 10kg** com agilidade e segurança.

Quem usa GENEROSO+Leve? E-commerce, pessoa física e jurídica.



Leia o QR CODE!
Veja aonde estamos e
calcule seu frete

Canais de atendimento:

(24)98182-9582 **4020-3567**

 **TRANSPORTE
GENEROSO**
www.generoso.com.br

Câmara Municipal de Resende

Boletim Oficial nº 066/2022

Resende, 04 de outubro de 2022

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2021

A Divisão de Contratos da Câmara Municipal de Resende/RJ, para cumprimento do disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993, torna público o CONTRATO nº 015/2021, de 13/09/2021; TERMO ADITIVO: 1º Termo Aditivo, de 13/09/2022; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 222/2021; CONTRATANTE: Câmara Municipal de Resende (CNPJ n.º 32.504.664/0001-84); CONTRATADO: TELEFÔNICA BRASIL S.A (CNPJ nº 02.558.157/0001-62); OBJETO: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA; COM VALOR ESTIMADO DE R\$ 13.200,00; DOTAÇÃO: 01.122.0105-2.239.3.3.90.40.00; EMPENHO: 358/2022; LICITAÇÃO: PP nº 008/2021; EMBA-SAMENTO: Inciso I, alínea b, do art. 65, c/c art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Resende, 04 de outubro de 2022.

HELENICE DA SILVA BARRETO
– Divisão de Contratos –



SÉRGIO EDUARDO & ASSOCIADOS
ADVOCACIA

www.seaadvocacia.com

ECONIMIA

REDACAO@AVOZDACIDADE.COM

EM CORES MAIS VIVAS

Ano de Copa do Mundo e boas vendas para o comércio especializado em eletroeletrônico

Aparelhos de TVs já são os mais procurados nos estabelecimentos comerciais

BARRA MANSA / VOLTA REDONDA

Em ano de Copa do Mundo, o comércio lojista especializado em eletroeletrônico de todo o país tende de aumentar as vendas de TVs. A exemplo dos lojistas de outras cidades e estados, os de Barra Mansa e Volta Redonda estão bastante otimistas e esperam um crescimento de até 10% nas vendas dos aparelhos de televisão para os meses de outubro e novembro em comparação ao mesmo período de 2021.

Uma pesquisa do Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CET-Rio) e do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (Sindilojas-Rio), que ouviu 350 lojistas da Cidade do Rio de Janeiro para conhecer a expectativa dos empresários para as vendas de TV para a Copa do Mundo. De acordo com a pesquisa 80% dos lojistas ouvidos disseram que os novos aparelhos de TVs de 42 e até as de 65 polegadas estão sendo bastante procurados.



CRESCIMENTO na venda dos aparelhos já estão sendo registradas

Comerciantes de Barra Mansa e Volta Redonda adotaram como estratégia investir na promoção dos aparelhos, propaganda, forma de pagamento diferenciado e descontos. Em Barra Mansa, o gerente de uma grande rede garantiu que a compra de TVs voltado para a Copa já começou. Disse ainda o gerente que os aparelhos maiores são os mais procurados. Disse ainda que, para atrair os consumidores, a rede está com a promoção “Gol de Pix”. “Comprando produtos partici-

da loja o consumidor, além de torcer para o Brasil ainda pode ganhar dinheiro. Em um dos exemplos, o consumidor que comprar um produto com selo “Gol Pix” no valor de R\$ 100 e o Brasil fizer dois gols a mais que o adversário, o consumidor ganha dois PIX de R\$ 100, ou seja, R\$200”, informou o gerente de rede de lojas que atua nas duas cidades.

A expectativa de boas vendas de aparelhos de TVs é também dos lojistas de Volta Redonda. O gerente de uma das lojas especializadas em eletroeletrônicos

no bairro Aterrado destacou que a procura pelo aparelho mais visto em ano de Copa do Mundo aumentou consideravelmente neste mês em comparação ao mesmo período do ano passado. “Mesmo diante das dificuldades financeiras, o brasileiro não quer ficar sem televisão para torcer para a seleção brasileira. Para aproveitar o período e fazer boas vendas, o comércio tem oferecido promoções aos consumidores”, contou o gerente. A informação foi dada também por outros lojistas dos bairros Retiro e Centro.

Concessionária CCR RioSP abre vagas de emprego para Pessoas com Deficiência



QUALQUER pessoa com deficiência pode se inscrever

SUL FLUMINENSE / ESTADO

Pessoas com Deficiência (PcD) da região já podem se inscrever para as vagas de emprego oferecidas pela CCR RioSP. De acordo com a Concessionária, a iniciativa faz parte das ações para inclusão de Pessoas com Deficiência e Atração e Seleção do Grupo CCR. As vagas são para início imediato e para cadastro de reserva.

Candidatos e candidatas interessados em uma das vagas podem encaminhar o currículo para o e-mail recrutamento.riosp@grupoccr.com.br. Segundo o Gerente Executivo da CCR RioSP, Virgílio Leocádio, entre os benefícios oferecidos pela Concessionária estão vale refeição ou alimentação, assistência médica, seguro de vida, participação nos lucros, folga no dia do aniversário, gympass (academia) e programa de qualidade de vida.

Informou ainda que a CCR RioSP é uma empresa de mobilidade humana que preza pela diversidade e igualdade de oportunidades. “Aqui cada pessoa pode construir uma trajetória profissional em um ambiente de trabalho pautado no respeito nas relações. Buscamos pessoas comprometidas com os valores do Grupo CCR e com foco no seu desenvolvimento profissional e pessoal”, explicou Leocádio.

MÃO DE OBRA VALORIZADA

O Gerente Executivo da CCR RioSP lembrou ainda que a empresa valoriza a mão-de-obra local e, por isso, prioriza pessoas candidatas que morem em cidades de seus trechos de atuação. Destacou que a CCR tem trabalhado para construir uma empresa cada vez mais inclusiva, preparando colaboradoras e colaboradores para aprenderem com as diferenças, entendendo que, uma empresa diversa contribui para um ambiente de trabalho positivo. “Oferecemos uma série de treinamentos, sensibilizações, para aperfeiçoamento de habilidades e desenvolvimento na função”, informou.

É considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Pode ser de nascimento, quando a pessoa já nasce com a deficiência, ou adquirida, quando um acontecimento causa a deficiência, como uma doença ou acidente. “Quase 24% da população brasileira declarou ter algum grau de dificuldade em pelo menos uma das deficiências”, concluiu.

Palestra com prefeito de Canela-RS abrirá Feira de Negócios

VALENÇA

O prefeito da cidade de Canela, no Rio Grande do Sul, Constantino Orsolin, irá fazer a abertura da Feira de Negócios do município (Fomenta). Ele irá ministrar palestras sobre o tema “Experiência de Produto Turístico e utilização do Turismo no Desenvolvimento Econômico”. O evento, que deverá movimentar o setor econômico do país, será realizado entre quinta-feira, dia

6, e sábado, 8, no Clube dos Coroados.

A feira contará com uma grande programação de palestras, expositores e atrações culturais e musicais. A abertura está marcada para quinta-feira, às 16 horas, no Salão de Palestra. Canela, cidade do palestrante que fará a abertura da feira, fica localizada na Serra Gaúcha e é vizinha da cidade de Gramado. Juntos, os dois municípios formam um dos principais atrativos turísticos

do Brasil devido às suas belezas naturais e à sua grande rede hoteleira. Para participar, é preciso realizar uma inscrição gratuita no site www.fomenta-feiradenegocios.com.br

PROGRAMAÇÃO

A palestra do prefeito Constantino Orsolin será apenas a primeira das inúmeras atrações que a Fomenta tem em sua programação. Outros palestrantes trarão temas diversos, importantes

e alinhados à atualidade de Valença e região. São palestras sobre Metaverso, Cidades Inteligentes, Produção de queijos artesanais, Cafeicultura no Vale do Café e muito mais.

Dentro da programação da Fomenta estão, além da palestra com o prefeito de Canelas, Gaming Hour - Jogos eletrônicos ao vivo, Espaço Fomenta Fashion Week, Salão de Palestras com Juliano Lemes Brogliato - Parque Tecnológico de São José dos Campos com

o tema Cidades Inteligentes e Parque tecnológico.

Espaço AgroTech por Ricardo Suzuki que irá falar sobre Tecnologias inovadoras aplicadas à agricultura e Plasticultura, Milena Cariello da Firjan, que irá discutir o tema Moda e Comportamento, Cozinha-show com a Chef Luciana Fort, Fomenta Pitch Day, Espaço AgroTech, professora Mariana Graciosa - Zootecnista, Bubalinocultura, entre outros.

Aberto processo seletivo para preencher 102 vagas de emprego na SMASDH

BARRA MANSA

Iniciaram ontem as inscrições para o processo seletivo da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) visando a contratação temporária de 102 profissionais, além da formação de cadastro de reserva. O prazo da admissão é de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais um ano.

Devem se inscrever interessados em uma das oportunidades disponíveis para contratação imediata nas funções de Assistente Social (21 vagas), agente educador (23 vagas), auxiliar de serviços gerais (8 vagas), psicólogo (13 vagas), agente administrativo (13 vagas), motorista (14 vagas), vigia patrimonial (8 vagas) e Pedagogo (2 vagas).

INSCRIÇÃO

O interessado em uma das vagas de emprego oferecidas deve comparecer à sede da SMASDH, localizada na Rua Oscar da Silva Marins, 252, no Centro de Barra Mansa, ontem, dia 4, e amanhã, 5, das 9 às 16 horas. Além da ficha de inscrição, preenchida no local, o candidato precisará levar currículo e cópia e original do comprovante de escolaridade e de experiências anteriores na área de atuação, de cursos complementares (certificado ou declaração), de residência atualizado, como de água, luz ou telefone, CPF e Carteira de Identidade, comprovante de quitação eleitoral, certificado de reservista para candidatos homens, registro no Conselho de Classe pertinente para os cargos de Assistente Social e Psicólogo e Carteira de motorista B ou D para o cargo de motorista.

Para os interessados, o edital completo do processo seletivo da SMASDH (Nº 002/22), está disponível no link <https://bit.ly/3M4BBG4>.



190 ANOS

PARABÉNS, BARRA MANSA!

A ACIAP-BM não para de crescer e evoluir junto com a cidade, que hoje completa 190 anos.

Em breve, você vai conhecer a nova Casa do Empresário, o ACIAP Business Center.








Rua José Marcelino de Camargo, 1855, Centro – Barra Mansa
Acesso também pela Avenida Domingos Mariano.




Brasil Jornais

Entre em nosso Grupo no Telegram!

Acesse t.me/BrasilJornais



Tenha acesso aos principais
jornais do Brasil.

Distribuição gratuita, venda proibida!